

REQUERIMENTO nº

Requer a realização de audiência pública para debater o impacto das plataformas de aplicativos nas cidades e as consequências para os trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §2º, II da Constituição Federal e nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater os impactos da atuação das plataformas digitais e serviços prestados por aplicativos nas cidades e a regulamentação das atividades dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos.

Para a referida Audiência Pública, proponho que as seguintes pessoas e entidades sejam convidadas:

- 1.** Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2.** Representante do Ministério da Previdência Social;
- 3.** Representante do Ministério Público do Trabalho;
- 4.** Ricardo Colturato Festi - Professor de Sociologia da UnB, especialista em estudos do trabalho;
- 5.** Abel Rodrigues dos Santos- entregador de Brasília – DF
- 6.** Aline Oliveira e Riera - entregadora – SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

7. Jair Gomes de Almeida - motorista - DF

Apresentação: 30/10/2023 09:57:52.980 - CLP

REQ n.82/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234409158700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga



JUSTIFICAÇÃO

Em um contexto de grandes transformações tecnológicas, do avanço na automação nas relações de trabalho diante das novas faces do capitalismo neste século XXI, as cidades vêm sendo instadas a gerirem espaços e equipamentos que acompanhem essas novas demandas.

A precarização do trabalho através de aplicativos refere-se a uma realidade em que muitos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente em setores como transporte, entrega de alimentos, serviços de limpeza e tarefas semelhantes, são contratados ou realizam suas atividades por meio de aplicativos de plataformas digitais.

Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam em aplicativos muitas vezes são considerados contratados independentes, o que significa que não têm acesso a benefícios tradicionais de emprego, como férias remuneradas, licença médica e aposentadoria. Isso os deixa financeiramente vulneráveis em caso de doença, lesões ou imprevistos.

Estes trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes enfrentam salários baixos, já que a competição é alta e os aplicativos podem ajustar as tarifas a seu critério. Além disso, os custos associados ao uso de veículos pessoais e equipamentos também podem reduzir ainda mais os ganhos.

A natureza flexível e volátil do trabalho de aplicativo significa que os trabalhadores e trabalhadoras podem ser desconectados das plataformas a qualquer momento, sem garantia de emprego contínuo. Isso gera incerteza e instabilidade financeira. Estes trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes não têm acesso a sindicatos ou representação coletiva, o que torna difícil negociar melhores condições de trabalho e



salários, além enfrentarem longas horas de trabalho, pressão para aceitar tarefas arriscadas e falta de controle sobre suas condições de trabalho, o que leva a problemas de saúde, fadiga e estresse.

Muitos países estão debatendo e implementando regulamentações para abordar a precarização do trabalho através de aplicativos. No entanto, a legislação em torno desse tipo de emprego ainda é variável. No Brasil o Ministério do Trabalho e Emprego também anunciou a instalação de uma comissão de negociação para discutir medidas de garantia de direitos aos trabalhadores por aplicativo, proteção social e construir propostas legislativas.

Em síntese, a precarização do trabalho através de aplicativos é um fenômeno complexo que envolve a exploração dos trabalhadores em nome de uma falsa flexibilidade. Grupos de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras estão lutando para abordar essas preocupações e garantir que os trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos ganhem força na disputa contra os arbítrios do capital.

Sala das Sessões, de outubro de 2023.

Dep. Glauber Braga

(PSOL/RJ)

